



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XV — Nº 95 104

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 1960

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convenção de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessão conjunta a realizar-se no dia 9 de agosto do ano em curso, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem o veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.853 de 1956 na Câmara e nº 140-58 no Senado que dispõe sobre a classificação de cargos do serviço civil do Poder Executivo, estas leis de vencimentos e de outras providências.

Senado Federal em 14 de julho de 1960 — Senador Cunha Melo, Primeiro Secretário no exercício da Presidência.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessão conjunta a realizar-se nos dias 19 e 20 de julho em curso, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem a apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1.514, de 1960, na Câmara e nº 30, de 1960, no Senado, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal de Brasília e de outras providências, tendo Relatoria, sob nº 5, da Comissão Mista.

No dia 19:

- o art. 74,
 - o § 2º do art. 85,
 - o § 3º do art. 87,
 - a parte vetada do art. 95 e
 - os ns. 6 e 7 do art. 95
- No dia 20:
- o art. 100 e seus parágrafos,
 - o art. 101,
 - o art. 103 e
 - a parte vetada da tabela 5.

Senado Federal, 15 de julho de 1960. — Cunha Melo, 1º Secretário no exercício da Presidência.

22ª Sessão conjunta

Da 2ª Sessão Legislativa Ordinária
Da 4ª Legislatura

Em 19 de Julho de 1960, às 21 horas

ORDEN DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.514, de 1960, na Câmara dos Deputados e nº 30, de 1960, no Senado, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal de Brasília e de outras providências, tendo Relatoria, sob nº 5, da Comissão Mista.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

- | | |
|-----------|------------------------------------|
| Cédula nº | Dispositivo a que se refere |
| 1 | Art. 74 (totalidade). |
| 2 | § 2º do art. 85 (totalidade). |
| 3 | § 3º do art. 87 (totalidade). |
| | parte vetada do art. 95. |
| | ns. 6 e 7 do art. 95 (totalidade). |

23ª Sessão conjunta

Da 2ª Sessão Legislativa Ordinária
Da 4ª Legislatura

Em 20 de Julho de 1960, às 21 horas

ORDEN DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.514, de 1960, na Câmara dos Deputados e nº 30, de 1960, no Senado, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal de Brasília e de outras providências, tendo Relatoria, sob nº 5, da Comissão Mista.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

- | | |
|-----------|---|
| Cédula nº | Dispositivo a que se refere |
| 1 | Art. 100 e seus parágrafos. |
| 2 | Art. 101. |
| 3 | Art. 103. |
| 4 | Tabela 5 (coluna com pendente e nível). |

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Filinto Murer.
1º Secretário: Senador Cunha Melo.
2º Secretário: Senador Freitas Cavalcanti.
3º Secretário: Senador Gilberto Miarinho.
4º Secretário: Senador Novaes Filho.

SENADO FEDERAL

1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder — Moura Andrade (P.S.D.).
VICE-LÍDERES
Vicentino Freire (P.S.D.).
Lima Teixeira (P.T.B.).

Taciano de Melo (P.S.D.).
Lobão da Silveira (P.C.D.).
Paulo Tender (P.T.B.).

Da Minoria

Líder: João Villasboas (UDN).
Vice-Líderes:
Rui Palmeira (UDN).
Afonso Arinos (UDN).
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares
Vice-líder: Gaspar Veloso.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo
Vice-líderes: Vivaldo Lima — Paulo Ramos e Arlindo Rodrigues.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Lider: Octavio Mangabeira.
Vice-Lider: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Lider: Attilio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Lider: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes**Comissão Diretora**

Flirto Müller — Presidente
Cunha Mello
Freitas Cavalcanti
Gilberto Marinho
Novaes Filho
Mathias Olympio
Heriberto Vieira.

Comissão de Constituição e Justiça**TITULARES**

Lourival Fontes — Presidente
Daniel Krieger — Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Silvestre Pericles
Jefferson de Aguiar
Ruy Carneiro
Calado de Castro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Milton Campos
Attilio Vivacqua

SUPLENTE**P.S.D.:**

1º Gaspar Veloso
2º Jarbas Maranhão
3º Francisco Gallotti
4º Ari Viana

PTB:

1º Mourão Vieira
2º Barros Carvalho
3º Lima Teixeira.

UDN:

1º Affonso Arinos.
2º João Arruda
3º João Villasbôa
Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Economia**TITULARES**

Ary Vianna — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.
Aloí Guimarães.
Lobão da Silveira
Lima Teixeira.
Leonidas de Mello.
Guilco Mondim.
Joaquim Parente.
Sérgio Marinho

Suplentes**P.S.D.:**

1º Eugenio Barros.
2º Jefferson de Aguiar.
3º Mendonça Clark (do PR).

P.T.B.:

1º Argemiro de Figueiredo.
2º Fausto Cabral.
3º Nelson Maculan (*).

U.D.N.:

1. Reginaldo Fernandes
2. Fernando Corrêa.
3. Irineu Bornhausen
Secretária: Romilda Duarte, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURLO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****SEÇÃO II**

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS**Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 89,04
Ano Cr\$ 76,04

Exterior

Ano Cr\$ 108,04

— Excetuada a para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas, poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou valor postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Educação e Cultura**TITULARES**

Barros Carvalho — Presidente (*)
Padre Calazans — Vice-Presidente.
Jarbas Maranhão.
Paulo Fernandes.
Saulo Ramos.
Reginaldo Fernandes.
Mem de Sá.

SUPLENTE**P.S.D.:**

1º Lobão da Silveira.
2º Sebastião Archer.

P.T.B.:

1º Lima Teixeira.
2º Leonidas Melo.

U.D.N.:

1º Affonso Arinos.
2º Milton Campos.

P.L.:

Otávio Mangabeira.
Secretária: Elza José Muniz de Melo, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Finanças**TITULARES**

Gaspar Veloso — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Francisco Gallotti.
Victorino Freire.
Taciara de Melo.
Jorge Maynard
Calado de Castro
Fausto Cabral.
Barros Carvalho.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Fernandes Távora.
Irineu Bornhausen.
Fernando Corrêa.

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar.

Dix-Huit Rosado.
Mem de Sá.

SUPLENTE**P.S.D.:**

1º Menezes Pimentel.
2º Jefferson de Aguiar.
3º Ruy Carneiro.
4º Jarbas Maranhão.
5º Eugenio Barros.
6º Silvestre Pericles.

P.L.:

Otávio Mangabeira.
Secretário: Renato Chermont, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social**TITULARES**

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Lobão da Silveira.
Menezes Pimentel.
Calado de Castro.
Paulo Fender.
Irineu Bornhausen.
João Arruda.
Lino de Matos.

SUPLENTE**P.S.D.:**

1. Ari Viana.
2. Francisco Gallotti.
3. Sebastião Archer.
P.T.B.:

1. Lourival Fontes.
2. Vivaldo Lima.
3. Miguel Couto.

P.T.B.:

1º Nelson Maculan.
2º Arlindo Rodrigues.
3º Guido Mondim.
4º Paulo Fender.
5º Lima Teixeira.

U.D.N.:

1º Milton Campos.
2º Padre Calazans.
3º Rui Palmeira.

4º Coimbra Bueno.
5. João Arruda.

U.D.N.:

1. Dix-Huit Rosado.
2. Padre Calazans.
Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Redação**TITULARES**

Argemiro de Figueiredo — Presidente.
Sebastião Archer — Vice-Presidente.
Ari Viana.
Afonso Arinos.
Padre Calazans.

SUPLENTE**P.S.D.:**

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
P.T.B.:

1. Daniel Krieger.
U.D.N.:

1. Daniel Krieger.
2. Joaquim Parente.
Secretária: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 1 horas.

Comissão de Relações Exteriores**TITULARES**

Afonso Arinos — Presidente.
Benedito Valadares — Vice-Presidente.
Gaspar Veloso.
Paulo Fernandes.
Lourival Fontes.
Miguel Couto.
Vivaldo Lima.
Rui Palmeira.
Mem de Sá.

SUPLENTE**P.S.D.:**

1. Menezes Pimentel.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Lobão da Silveira.
P.T.B.:

1. Argemiro de Figueiredo.
2. Fausto Cabral.
3. Lima Teixeira.
U.D.N.:

1. Milton Campos.
2. João Arruda.
P.L.:

Otávio Mangabeira.
Secretário: João Batista Castejo Branco, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública**TITULARES**

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Aloí Guimarães — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Miguel Couto.
Paulo Fender.

SUPLENTE**P.S.D.:**

1. Taciara de Melo.
2. Eugenio Barros.
P.T.B.:

1. Vivaldo Lima.
2. Saulo Ramos.
U.D.N.:

Fernando Corrêa.
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional**TITULARES**

Jefferson de Aguiar — Presidente.
Calado de Castro — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.

Jarbas Maranhão.
Arlindo Rodrigues.
Fernando Correa.
Sérgio Marinho.

SUPLENTE

P. S. D.:

1. Francisco Gallotti.
2. Ruy Carneiro
3. Taciano de Mello.

P. I. B.:

1. Saulo Ramos.
2. Lima Teixeira.

U. D. N.:

1. Fernandes Távora.
2. Dix-Luit Rosado.

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente.
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.

Ary Vianna.

Caetano de Castro.

Nelson Maculan.

Joaquim Parente.

Mim de Sa.

SUPLENTE

P. S. D.:

1. Ruy Carneiro.
1. Mendonça Clark (do PL).

P. I. B.:

1. Leonidas Melo.
2. Guido Mondim.

U. D. N.:

1. Coimbra Bueno.
2. Padre Calazans.

Otávio Mangabeira.

Secretária: Elza Loureiro Gallotti, Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Francisco Gallotti — Presidente.
Joaquim Parente — Vice-Presidente.

Eugênio Barros.

Nelson Maculan.

Coimbra Bueno.

SUPLENTE

P. S. D.:

1. Ary Vianna.
2. Victorino Freire.

P. I. B.:

Barros Carvalho.

U. D. N.:

1. Sérgio Marinho.
2. João Arruda.

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

ATA DA 92ª SESSÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 18 DE JULHO DE 1960.

PRESIDÊNCIA DO SENHOR CONHA MELLO

Às 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cunha Mello.
Mathias Olympio.
Joaquim Parente.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.

Reginaldo Fernandes.
Argemiro de Figueiredo.

Heriballo Vieira.
Ovidio Teixeira.

Lima Teixeira.
Atílio Vivacqua.

Ary Vianna.
Caetano de Castro.

Gilberto Marinho.
Afonso Azevedo.

Moura Andrade.
Pedro Ludovico.

Taciano de Mello.
Gaspar Velloso.
Francisco Gallotti. (20)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número legal, declarou aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Francisco Gallotti, servindo de 2º Secretário, procede a leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Mathias Olympio, 1º Suplente, servindo de 1º Secretário, lê o seguinte

EXPEDIENTE

Pareceres ns. 283 e 284, de 1960

Nº 283, DE 1960

Da Comissão de Economia sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1959, (na Câmara nº 2.488-C-57) que isenta de direitos aduaneiros e outros tributos 7.283 kg (peso bruto) de fitas de cobre importadas pela Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre.

Relator: Senador Joaquim Parente

O Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1959, isenta de direitos aduaneiros, de imposto de consumo e de quaisquer taxas, excluídas a de previdência social, a importação (efetuada antes da vigência da atual Lei de Tarifas) de 7.283 kg de fitas de cobre laminado a frio e acondicionado em rolos, adquiridos na Alemanha, consignados à Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre e destinados ao revestimento da cúpula da Catedral Metropolitana dessa cidade.

A isenção irá beneficiar importante obra de arte, em construção há mais de vinte anos, merecendo assim deferimento, tanto mais quanto se conforma aos critérios e formalidades exigidos em casos semelhantes.

Nestas condições, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 10 de fevereiro de 1960. — Fernandes Távora, Presidente — Joaquim Parente, Relator — Lima Terrena — Leonidas de Mello — Taciano de Mello — Guido Mondim.

Nº 284, DE 1960

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1959 (na Câmara nº 2.488-C-57).

Relator: Senador Mim de Sa.

O projeto em exame isenta de direitos aduaneiros, de imposto de consumo e de quaisquer taxas, excluídas a de previdência social, 7.283 kg (peso bruto), de fitas de cobre laminado a frio e acondicionado em rolos, importados da Alemanha, consignados à Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre e destinados ao revestimento da cúpula da Catedral Metropolitana daquela cidade.

A isenção prevista no projeto contribuirá para a mais rápida conclusão de um monumento arquitetônico que muito virá enriquecer o patrimônio artístico do Capital do Estado do Rio Grande do Sul, situando-se, além do mais, dentro de tradição já firmada quanto a matéria semelhante.

Somos, assim, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 10 de fevereiro de 1960. — Guimarães, Presidente — Mim de Sa, Relator — Menezes Pimentel — Jorge Moura — Vitorino Freire — Fausto Cabral — Francisco Gallotti — Guido Mondim — Valdo Lima — Taciano de Mello.

Pareceres ns. 285 e 286, de 1960

Nº 285, DE 1960

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170 de 1959 (na Câmara nº 2.537-B, de 1957), que denomina Presidente Castro Pinto e Presidente João Suassuna, respectivamente, os aeroportos de Santa Rita e Campina Grande, no Estado da Paraíba.

Relator: Senador Argemiro de Figueiredo.

O Projeto de Lei nº 2.537-B, de 1957, é oriundo da Câmara dos Deputados, e visa a nomear Presidente Castro Pinto e Presidente João Suassuna, respectivamente, os aeroportos de Santa Rita e Campina Grande, no Estado da Paraíba.

A Proposição nada tem de inconstitucional. Ao contrário afirma-se no art. 67 da Lei Maior. Quanto ao mérito, não podemos recusar apoio à homenagem virada pelo Projeto, a dois estadistas paraibanos que deixaram traços marcantes de sua passagem pela Chefia do Governo.

Isso posto, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1960. — Lourival Fontes, Presidente — Argemiro de Figueiredo, Relator — Jefferson de Aguiar — Caetano de Castro — Daniel Krieger — Atílio Vivacqua — Padre Calazans — Menezes Pimentel.

Nº 286, DE 1960

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170-1959 (na Câmara, nº 2.537-57), que denomina Presidente Castro Pinto e Presidente João Suassuna, respectivamente, os aeroportos de Santa Rita e Campina Grande, no Estado da Paraíba.

Relator: Senador Francisco Gallotti. O presente projeto, oriundo da Câmara dos Deputados, visa denominar Presidente Castro Pinto e Presidente João Suassuna, respectivamente, os

aerportos de Santa Rita e Campina Grande, no Estado da Paraíba.

A matéria é constitucional. A Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas nada tem a opor. Trata-se de planejar, prestar homenagem a filhos dos Estados dando-lhes nomes em pontes, aeroportos etc.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de julho de 1960. — Francisco Gallotti, Presidente — Relator — Taciano de Mello — Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, primeiro orador inscrito. (Pau.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Moura Andrade, segundo orador inscrito.

O SR. MOURA ANDRADE:

(Lê o seguinte discurso):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, falo a propósito das significativas declarações do Presidente Eisenhower produzidas no dia 12 deste mês, anulando sua proposta de apresentar Mensagem ao Congresso para usar fundos públicos especiais que sejam apropriados a um programa de desenvolvimento dos países latino-americanos.

Em sua entrevista à imprensa, lembrou o Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, textualmente:

"Em setembro os representantes econômicos das vinte e uma Repúblicas Americanas se reunirão em Bogotá para considerar um componente importante para o futuro do nosso Hemisfério: o problema da reforma social e o crescimento econômico. Este problema está compreendido dentro de um conceito conhecido como Operação Pan-Americana — conceito inicialmente definido pelo Presidente Kubišchek, do Brasil".

A seguir, declarou o Presidente Eisenhower quais as ideias básicas que guiarão a política dos Estados Unidos nas reuniões pan-americanas, fixando-as em três definições fundamentais:

1) — O progresso social e o crescimento econômico em benefício de todos os povos devem ser alcançados dentro do marco das instituições liberais;

2) — Os Estados Unidos dão a sua solidariedade econômica aos que procuram obter a promessa do futuro através de meios condizentes com a dignidade dos homens livres;

3) — Os Estados Unidos consideram necessária uma nova afirmação de propósitos em sua cooperação com os países amigos em favor do desenvolvimento dos esforços que estes fazem para o progresso.

A Operação Pan-Americana, lançada em carta do Presidente Dwight D. Eisenhower, em 28 de maio de 1955, dirigida ao Presidente Eisenhower, deve constituir o instrumento hábil a coincidência dos altos propósitos norte-americanos com os esforços análogos da comunidade latino-americana.

Esperam os nossos povos que o pronunciamento do Presidente dos Estados Unidos da América do Norte venha a significar a resposta, há tanto esperada, pergunta, quase rude em sua franqueza, que naquela carta lhe foi dirigida pelo Presidente do Brasil: "Que fizemos, realmente, pela causa do pan-americanismo?"

O Presidente da Colômbia, Alberto Lleras Camargo, respondendo carta do Presidente Kubišchek, escreveu em 30 de agosto de 1953:

"Cinquenta anos de cooperação política dos Estados Americanos, durante os quais foi resolvida a

maior parte dos seus problemas de convivência internacional, são garantidos de que o problema a tal do seu desenvolvimento não impede a sua vida para o seu destino, tem de ser a unidade e o equilíbrio num grande movimento conjunto, que é a evidente "operação pan-americana".

O Presidente Arturo Frondizi, da Argentina, em sua Mensagem de 17 de novembro de 1958, à Comissão dos 21 em Washington, sobre a Operação Pan-Americana, revelou suas esperanças na doutrina brasileira, afirmando:

"No Continente dos homens que jamais regatearam sua ajuda generosa às nobres causas, tem início um esforço decidido a perfazer um estado de sub-desenvolvimento incompatível com os recursos materiais e com as qualidades morais da comunidade americana".

O Presidente do Chile, Jorge Alessandri Rodriguez, naquele mesmo dia, 17 de novembro de 1958, dirigiu-se à Comissão dos 21 dizendo:

"Surgiu, afortunadamente, uma nova consciência. Esta consciência americana permitiu que vos reunísseis para iniciar sob os melhores auspícios, aquilo que o Presidente Rubiñovich definiu, com tanto êxito, como a luta contra o subdesenvolvimento".

Na mesma data, o Presidente Herman Siles Suñer, da Bolívia, assim se expressava àquele Comitê dos 21 em Washington:

"A tarefa de dinamizar os recursos materiais dos países insatisfazivelmente desenvolvidos do Continente, requer uma ação proporcional ao destino histórico da civilização americana na manutenção da paz mundial e da civilização ocidental".

O Presidente Camilo Ponce Henríquez do Equador, no mesmo ato, anunciou sua esperança em palavras que pareciam ressuscitadas da descrença:

"Confia firmemente o Equador em que os povos da América não serão desta vez, vítima do desengano".

O Presidente José María Lemus, de El Salvador, por sua vez, declarou:

"El Salvador considera que a proposição do Presidente Rubiñovich, inspirada na realidade americana, pode e deve traduzir-se em fatos".

E o Presidente do Haiti, François Duvalier, confirmava que:

"Os povos da América estimam tenha chegado, finalmente, a hora de materializar, nos âmbitos econômico e financeiro, o ideal pan-americano".

Enquanto isso, o Presidente Ernesto La Guardia Filho, do Panamá, reiterava:

"Os povos latino-americanos carregam um fardo de necessidades que só podem se satisfazer por meio de um sustentado impulso ao desenvolvimento econômico, com amplitude continental".

Na mesma oportunidade, o Presidente Manuel Prado, do Peru, revelava por estas palavras o seu entusiasmo pela Operação Pan-Americana:

"Ela é, agora a depositária da fé dos povos americanos na solidariedade continental: de que esta confiança não seja fraudada, depende o porvir do pan-americano".

Eas, assim, as esperanças das nações latino-americanas em uma nova época de desenvolvimento econômico,

capaz de propiciar os elementos indispensáveis à realização de uma melhor justiça social.

No dia 15 deste mês, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira afirmou em Fortaleza:

"Existe uma nova doutrina: a Operação Pan-Americana, para a defesa do Hemisfério". "A paz do mundo depende da justiça social e justiça social e desenvolvimento são termos semelhantes e plenamente indissociáveis". "Os países do Ocidente não podem esperar que os subdesenvolvidos defendam o que não possuem, ou que se integrem numa causa que os esquece, que os desconhece e não lhes estende as mãos". "A OPA pretende erguer em bases de justiça a verdadeira civilização americana".

Muito pouco foi andado nesse novo caminho que a Operação Pan-Americana abriu em busca do futuro dos nossos povos.

Além da criação do Banco Interamericano e da reunião do Comitê dos 21, realmente quase nada foi consubstanciado nestes anos de tentativas e de ansiosos aspectos.

A situação nos países sul e centro-americanos, deteriora-se perigosamente diante da impossibilidade em permanecerem, enquanto crescem as suas populações, de desenvolver e fertilizar os processos de produção, de capitalizar a economia e colocá-la em preço de paridade internacional, de melhorar a condições gerais de vida de suas massas humanas, de modo a prepará-las para a tomada de uma verdadeira consciência democrática.

Sim: somos democracias intuitivas; amamos a liberdade intuitivamente; fazemos dos princípios democráticos artigos de fé: aceitámo-los como se fossem dogmas.

As democracias sobrevivem, em certas regiões das Américas Latinas, como sobrevivem as superstições. Incorporam-se aos seus hábitos e fazem parte de sua pobreza. Até quando, porém, essas perdas graves humanas poderão permanecer assim, sem consciência do regime, suportando uma vida de escravidão econômica, de atraso, de analfabetismo, de ignorância, de mortalidade infantil de sofrimentos incompatíveis com a dignidade dos homens?

A Democracia, que é forma de vida, poderá subsistir em nosso Hemisfério como forma de morte? A Democracia, que é processo de riqueza, poderá manter-se em nosso Hemisfério, como sistema de miséria? Não é certo que ela já está sendo colocada, em nosso Hemisfério, em termos duros e crus, de cotação e venda de um fardo de acúcar?

E para essas falas que desejo chamar a atenção da grande Nação norte-americana. Se a eles, os americanos, me fosse dado falar, eu lhes diria que são vítimas de uma terrível injustiça histórica. A Nação norte-americana é intocável como Nação, pelo que tem feito pela Humanidade, defendendo causas universais e revelando-se transbordante nos seus sentimentos de fraternidade humana. É incomparável a vocação heroica dos americanos na defesa da Liberdade, que para eles é mais do que um postulado patriótico, pois que a amam, respeit-na e a defendem como um fundamento de vida necessário aos povos onde quer que se achem.

Esse generoso povo, em nome do princípio de Liberdade para a humanidade, saltou o Oceano por duas vezes, para ir lutar e mduas guerras que só eram suas porque eram da humanidade livre, morrendo aos milhões, para só retornarem ao seu trabalho e à sua vida nacional quando a Liberdade, e não eles, estivessem vitoriosas.

Ombro a ombro com a Inglaterra no Canal da Mancha e no Suez; ombro a ombro com os negros da Abissínia e com os árabes nos ressequidos desertos; ombro a ombro com os gregos no Peloponeso e nas Ilhas Jônicas; ombro a ombro com os franceses na Tunísia, no Sahara, em Trípoli e no Continente; e ombro a ombro com os russos no drama de Stalingrado; — e na Ásia e na África, e nos mares gelados do Norte e nos oceanos tropicais das Américas, e nos extremos do Sul, e nos aviões que cortavam os céus — a Nação norte-americana converteu em bravura, em sangue e em luto, no período de maiores sacrifícios de sua História, a fim de que a Democracia não desaparecesse da face da Terra.

Pois a História é, por vezes, um terrível abismo que tudo sepulta e tudo faz esquecer. Hoje, lavra no mundo, e notadamente entre nações das duas Américas Latinas, um sentimento amargo contra a poderosa Nação do Norte, semeado pelos erros de seus governantes na política internacional, cultivado pelos equívocos de sua diplomacia e que já começam a ser conhecidos pela Rússia, menos pelo que esta possa fazer e mais pelo que os Estados Unidos deixaram de fazer.

O governo norte-americano, levado por ponderáveis e respeitáveis razões estratégicas, saiu a categorizar pelo mundo novos remotos, que jamais terão alma americana, e deixou ao sabor da infiltração comunista os povos das Américas, que tinham alma democrática.

Que valor de exemplo pode ter para o mundo o regime democrático liderado pelos Estados Unidos, se a prova material dessa liderança revela a pobreza e o subdesenvolvimento do próprio Hemisfério que serve de base à sua ação histórica?

A América do Norte, terminada a guerra, executou um plano de reconstrução da Europa e de áreas asiáticas, refazendo indústrias, lares, estradas, pontes, lavouras, escolas, universidades, centros técnicos e de pesquisa, museus, jardins, igrejas, templos, e distribuindo leite, remédios, agasalhos e dinheiros, na maior inversão financeira já praticada em nome da fraternidade humana.

Em seguida, lançou-se a construir, a fomentar, a desenvolver regiões na Ásia e na África, e já se propõe a conquistar espaços cósmicos para implantar, num mundo só de Deus conhecido, a primazia de uma liderança que o destino de ato lhe deu sob o compromisso de usá-la a bem de seu povo e a bem da Humanidade.

Mas, em seu esforço de gigantes, os Estados Unidos olvidaram as duas Américas componentes do seu mundo e fizeram com que estas se imobilizassem no deslumbramento que o poderio e a riqueza ocasionam aos mais ricos e mais pobres e que perdura até ser substituído pela incontrolável revolta que nasce da coexistência da muita fortuna e da muita miséria.

Começam a cair as tradicionais ditaduras, que por tantos e tantos anos foram as típicas desses povos. Esta notícia por si mesma, deveria bastar para afirmar a vitória dos ideais democráticos, não fossem essas quedas fruto de outras causas, que trazem em seu lóio erros de revolução social e mensagens apóstatas da Democracia.

Não só os sistemas políticos americanos começam a marcar-se por inconciliáveis conflitos, mas a própria unidade pan-americana já se acha ameaçada.

Quando a Rússia, por inequívocos objetivos políticos, achinosa Cuba, é menos por culpa de Fidel Castro e mais pelo desespero, pela pobreza, pela procura de rumos em que ficou um povo depois de fazer uma revolução para alcançar melhores condi-

ções de vida. Sempre que um povo se liberta, deve receber apoio dos povos livres, e este apoio precisa ser profundo e constante, até que a liberdade se haja firmado solidamente. Do contrário, os inimigos das nações livres passam a subvencionar, a amparar e a despertar esperanças aos revolucionários vencedores, que, não tendo encontrado amparo nos povos livres, acabam buscando outras soluções e arrastam consigo as liberdades dos demais ao abismo totalitário.

Vamos, já, o primeiro ato formal de quebra da unidade pan-americana: Cuba, desprezando as disposições da Carta e o Tratado de Assistência Recíproca e a própria Organização dos Estados Americanos — a entidade própria de nossos povos, para resolver problemas próprios — prefere dirigir-se à Organização das Nações Unidas, onde espera obter o pronunciamento da Rússia sobre o seu conflito com os Estados Unidos, mas principalmente sobre o sistema de vida das democracias neste Hemisfério.

Para atingir os Estados Unidos, Cuba atinge primeiro, e duramente, a Organização dos Estados Americanos e põe em perigo o método de vida internacional adotado pelas três Américas para os problemas recíprocos de seus países.

Depois de setenta anos de lutas, para organizar e tornar inviolável um sistema contra a intervenção continental ou extracontinental em seus assuntos internos, assistem as repúblicas americanas a esse agravo à O.E.A., a qual merece urgentemente a solidariedade dos povos que a integram, sob pena de correr o risco de decompor-se, envolvendo a todos na guerra fria e destruindo os dispositivos de segurança e as regras de vida internacional entre as nossas nações.

Neste instante, a Rússia multiplica, nos países asiáticos que a satelizam, as indústrias de aço, as usinas hidroelétricas, as vias de comunicação, os estaleiros navais, as escolas, a produção dos campos, as fábricas de todo gênero, procurando fortalecê-las, para, com seu apoio dar sentido ideológico e maior agressividade à grande aliança comunista para as terríveis lutas do futuro, nas quais pretende destruir as democracias ocidentais.

A pergunta que esperava resposta, e que vinha produzindo tenebrosos efeitos psicológicos entre os povos democráticos latino-americanos, era esta: — por que os Estados Unidos não promovem seriamente as mesmas medidas em relação aos países subdesenvolvidos das Américas?

Eisenhower proclama, ao fim de seu governo, os intuitos em que se acha de criar um Plano de Aplicação nas Américas, a fim de atender às necessidades de seus povos quanto a habitações, terras e uma vida melhor, tudo dentro de um religioso respeito às soberanias desses povos, ao direito de autodeterminação e às características e tradições nacionais dos latino-americanos.

Quero entender que uma tal declaração visa a abranger um conjunto de ações efetivas, contendo a um tempo o desenvolvimento desses países em todas as escalas da vida individual e coletiva, nas oportunidades de educação e saúde e nos ensejos de trabalho e de produção. Em outras palavras, o que esperam as Américas latinas é que formalmente se traduza o esforço norte-americano na realização orgânica e na ação objetiva da Operação Pan-Americana.

Não hesito em afirmar que a esperança das Américas latinas está em que a manifestação do Presidente Eisenhower represente o retorno da América do Norte ao Hemisfério americano, do qual se afastou por motivos estratégicos na última guerra, e do qual tem se mantido distante, bus-

Quando estar mais próximo da Rússia, esquecendo-se de que abandonando estas Américas, estava colocando a Rússia no seu quintal, no seu jardim, atrás de sua porta, debaixo de suas ananias.

A luta contra o comunismo é a luta contra o subdesenvolvimento. Só vence o comunismo quem não tem o que fazer com a própria liberdade. E quem não tem oportunidade de uma vida digna, desinteressa-se de ser livre e sente escravidão do subdesenvolvimento e não encontra onde aplicar a liberdade de que desfruta.

Podem os Estados Unidos da América do Norte vencer com os votos dos países latino-americanos as crises continentais. Os erros de sua administração correpondem, muitas vezes, a erros latino-americanos, ou porque os governos desses não hajam falado com suficiente clareza, ou porque a diplomacia norte-americana não haja ouvido com suficiente paciência.

Os países latino-americanos devem deixar de ser vistos pela grande potência do Norte como países excêntricos, regiões exóticas, que despertam menos do que o interesse a mera curiosidade quanto aos seus hábitos, às suas tradições e ao atraso de suas vidas. Há outros aspectos e outros valores a serem apreciados e há laços fortíssimos que nos ligam à América do Norte, não bastasse o nosso sentimento de admiração pela vocação heróica da seu povo.

O Brasil, que tem se revelado um dos maiores, senão o maior amigo sul-americano dos Estados Unidos, ousa manifestar o temor de que o problema latino-americano possa vir a ser considerado pelos Estados Unidos como capaz de despertar sentimentos caritativos, e como tal ser tratado neste grave instante.

O que objetivam os povos latino-americanos não é obter simplesmente tetos para agasalhar, conservar, esquecer a sua miséria. Seus objetivos são mais altos: querem fugir à estagnação e ao pauperismo, e alcançar uma época de prosperidade para seus povos, ao uso de sua independência política e no exercício de suas soberanias nacionais, através de um Plano de solidariedade continental, elaborado em sólidas bases econômicas, bastante para realizar a infra-estrutura do progresso e suficiente para ser utilizado como ferramenta no trabalho construtivo do futuro.

Esperam as nossas Américas um plano de inversões públicas, correspondente ao financiamento de obras estruturais, à assistência técnica para a melhoria da produtividade, a medidas para estabilizar o mercado dos produtos básicos, à atualização e ampliação dos recursos dos organismos financeiros internacionais, à reafirmação da iniciativa privada na luta pelo desenvolvimento, tudo numa grande e vitoriosa jornada de fraternidade e de democracia.

O combate à estagnação e ao subdesenvolvimento deve constituir objetivo precípuo da luta pela democracia. Através do processo do desenvolvimento é que se expulsam as ideologias antidemocráticas das zonas atualmente subdesenvolvidas e, nunca, por meios de repressão ou pela ignorância do ambiente, pelo desinteresse ou pela omissão.

Tenho a certeza de que a grande missão norte-americana no mundo ultrapassou a área da guerra e adquiriu definitivas condições de fé na solidariedade dos povos.

A presença dos Estados Unidos no mundo moderno é uma garantia de liberdade cristã. Pela sua ação esclarecida poderão os americanos do norte libertar do jugo da escravidão econômica os povos subdesenvolvidos, ao mesmo tempo impedindo que caiam sob o jugo soviético, e integrando-os, na profundidade, no mundo democrático.

No futuro, ninguém se inquietará, porque as nações trarão na consciência a certeza de que da força da fé, da tenacidade no trabalho e da solidariedade entre os povos, nasceram mundos melhores, onde as condições de vida e os níveis econômicos, espirituais e culturais dos povos asseguram em sua plenitude a defesa da personalidade e a glorificação da dignidade humana.

E é essa Pátria que eu me dirijo: a pátria norte-americana, para a qual se voltam neste instante as simpáticas expectativas e as nunca definitivamente encerradas esperanças dos povos latino-americanos, e que ora renascem mais vivas ante as declarações do Presidente Eisenhower.

Na Operação Pan-Americana depositamos confiança e esperamos que através dela se realizem os anseios dos nossos povos. Os Estados Unidos, compreendendo isto, terão a compreensão dos latino-americanos.

Que o Todo-Poderoso tenha permitido ao Presidente Eisenhower finalizar o seu governo começando mais uma obra imorredoura.

Deus tem inspirado os Presidentes dos Estados Unidos, revelando-lhes a predestinação norte-americana para as lutas de emancipação dos povos; que o Senhor dos destinos permita ao vencedor da porfia eleitoral americana que se avizinha, ser também um homem a serviço dessa predestinação: que cumpra os desígnios que a vontade divina traçou para a sua pátria no mundo.

Isto é necessário, para o bem dos povos, para a tranquilidade dos lares, para o futuro da humanidade. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Francisco Gallotti, terceiro orador inscrito.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, em dias da semana passada, ou, mais rigorosamente, na última segunda-feira, estivemos, eu e dez ou doze colegas na Capital paulista, a fim de participar de um banquete oferecido ao ilustre Líder da Maioria desta Casa, Senador Moura Andrade.

A nossa impressão era de que se traria de manifestação comum, em que um político seria festejado por seus amigos. Entretanto, Senhor Presidente, a homenagem prestada ao ilustre filho de São Paulo, ora Líder da Maioria e do Governo no Senado da República, foi, na realidade, um espetáculo cívico edificante. Mais de mil e duzentas pessoas reuniram-se no grande salão de festas Fazzano, onde o ilustre Senador Moura Andrade recebeu verdadeira consagração. Foram ouvidos inúmeros discursos, inclusive de elementos da União Democrática Nacional, de amigos e de colegas de turma do homenageado. Dos Srs. Senadores que lá compareceram, recebi a honrosa missão de dirigir algumas palavras ao ilustre Senador Moura Andrade.

O Sr. Moura Andrade — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FRANCISCO GALLOTTI — Com todo o prazer.

O Sr. Moura Andrade — Aliás, Vossa Excelência encantou São Paulo com seu brilhante discurso. Aproveito a oportunidade para agradecer a Vossa Ex.^a, sensibilizado, sua manifestação de hoje, neste Plenário, a propósito da generosíssima homenagem que me prestaram.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI — Obrigado a V. Ex.^a.

No final do banquete, como não poderia deixar de ser, usou a palavra, para agradecer aquela carinhosa manifestação que se lhe fazia, o nobre Senador Moura Andrade.

Proferiu S. Ex.^a uma notável peça oratória. Nela, em todos os momentos, pela maneira edificante como localizou muitos dos aspectos da vida nacional e também pelo parâmetro que, estou certo, foi sentido pela alma paulista ali presente — feito entre as realizações do Governo do eminente Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e aquelas programadas, e já iniciadas, por outro ilustre brasileiro, o eminente Sr. Carlos Alberto de Carvalho Pinto, Governador de São Paulo.

Senador da Maioria, que apóia a política e a administração do Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, e os companheiros que ali se encontravam, todos nos sentimos desvanecidos e até orgulhosos, ao ver que a cada referência feita pelos oradores a pessoa do eminente Chefe da Nação, a assistência, onde havia representantes de todos os setores da vida paulista — da indústria, do comércio, das classes liberais, e dos partidos políticos os mais diversos — prorrompia em aplausos.

O discurso do nobre Senador Auro de Moura Andrade não poderia deixar de constar dos Anais desta Casa, para que todos nós, Senadores da República, ao lê-lo, vissemos a quem a Maioria entregou sua liderança e a quem o Governo foi buscar para seu porta-voz nesta Casa do Congresso.

O Sr. Afonso Arinos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FRANCISCO GALLOTTI — Com muito prazer.

O Sr. Afonso Arinos — Motivos de natureza pessoal impediram-me de viajar a São Paulo, a fim de participar das justas homenagens que foram prestadas ao nosso eminente colega, Senador Auro de Moura Andrade, Líder da Maioria. Mas, não apenas em meu nome pessoal como também no da Bancada minoritária, da Bancada da Oposição, e independentemente de qualquer consideração de natureza política, desejo apresentar ao ilustre colega nossos votos de cordial solidariedade pelas brilhantes homenagens de que foi alvo no seu Estado natal. Quando a Maioria de uma Casa do Congresso e a sábia escolha de um poderoso partido político se exprimem ou se determinam pela indicação de um indiscutível valor intelectual, moral e político, como o do nobre Senador Moura Andrade, é evidente que se impõe a manifestação de solidariedade de todas as correntes representadas no Congresso Nacional. É que tal manifestação visa, acima e além da pessoa do homenageado, por mais digna que seja, como é o caso, também o reconhecimento da nossa maturidade política e o fortalecimento do Congresso e do convívio construtivo dos partidos em geral. Nessas condições, meu prezado colega e ilustre Senador por Santa Catarina, desejaria que V. Ex.^a permitisse que, no seu discurso, eu assinalasse, com estas ligeiras palavras, a satisfação da Bancada da Oposição pelas homenagens prestadas ao ilustre condutor da Maioria no Senado da República.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI — Muito grato ao nobre Senador pela sua atitude, que para nós não é surpresa. V. Ex.^a sempre se coloca acima de qualquer interesse quando o problema não é propriamente de natureza política ou partidária. Agradeço também pela justiça que, com os elevados sentimentos agora demonstrados, faz ao nosso nobre Líder, Senador Moura Andrade. As palavras de V. Ex.^a, incorporadas ao meu modesto discurso, vão de dar maior realce aos meus intuitos, que são, Sr. Presidente, pedir licença para ler, a fim de que conste dos Anais do Senado da República, o brilhante discurso proferido pelo Senador Moura Andrade, na consagração que recebeu em São Paulo, onde se encontravam Senadores do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Democrático.

Com a honra de saudar o nosso ilustre Líder, em nome de todos os Senadores. E não só eu, mas, estou certo, todos nós — como acaba de se exprimir tão elevadamente o nobre Senador Afonso Arinos — nos sentimos orgulhosos por ver um membro desta Casa tão justamente homenageado pelo grande povo do Estado de São Paulo, sua terra natal.

Foram as seguintes as palavras de Sua Excelência:

"Sei que aqui estamos reunidos por uma razão que vai além da minha pessoa. Os paulistas se agradaram de que um filho deste Estado — que em nome dele cumpre relevante mandato — tivesse as altas incumbências de Líder da Maioria no Senado da República. Querem, certamente, com este banquete, deixar expresso quanto sensibilizam ao nosso povo os atos de confiança depositados nos que são mandatários de São Paulo. Devo recebê-lo como um propósito de estímulo não apenas a mim, mas a todos os outros que representam ou venham a representar, no futuro, a vontade indomita de Piratininga.

Neste instante, outros cinco eminentes cidadãos de nossa terra destacam-se nos postos transcendentais da vida legislativa e administrativa da União. O deputado Ranieri Mazzilli honra-nos presidindo com tanto brilho e tão alta dignidade a Câmara dos Deputados. O Ministro do Trabalho, Deputado Batista Ramos, com seu esclarecido espírito e tino administrativo, vem dando a política trabalhista de sua Pasta um novo vigor através de reformulações que encontram o aplauso entusiástico dos trabalhadores e a compreensão das classes patronais. O deputado Horácio Lafer, exercendo com capacidade invulgar o Ministério das Relações Exteriores, projeta o nome do Brasil no campo das relações internacionais. O Senhor Ministro Mário Pinotti levou à Pasta da Saúde a experiência de uma vida de pesquisas no combate às endemias e no diagnóstico dos males que afligem as nossas populações. O Senhor Ministro Sebastião Fares de Almeida, no Ministério da Fazenda, desenvolve intensa atividade, procurando e conseguindo lastrear os esforços do desenvolvimento nacional que nunca tão profundamente existiram como nos dias presentes. E assim como eles, os Senadores e Deputados por São Paulo, pois todos, sem distinções partidárias, têm dado abnegação de si para a causa pública.

Com eles dividido, portanto, esta homenagem que ora me ofereceis, a fim de que me caiba apenas a parte mais modesta numa tão grande divisa.

Tenho inabalável confiança nos destinos da pátria comum. Estou convencido de que os riscos que ameaçam os povos só podem ser evitados por aquelas Nações que tenham a felicidade de reunir, na mesma geração, grupos numerosos de homens que se caracterizem pela visão dos problemas sociais, pela coragem diante dos perigos, pela fé construtora e pelo espírito de justiça de que estejam possuídos.

Não tenho dúvidas em dizer-vos que considero um equívoco de interpretação as afirmações corriqueiras, mas realmente infundadas, de que os homens do passado seriam, sob o ponto de vista moral, intelectual, humano, científico ou político, superiores aos homens do presente. Na realidade, o que se passa é que os homens vivos sofrem a deformação resultante dos conflitos em que se envolvem, em razão das idíias que defendem. Mortos, deixam de ser competidores. Sua presença já não é mais dissociativa e as suas idéias, que eram comuns às dos que sobreviveram, no que se refere ao bem da Pátria, transformam-se em força unificadora do pensamento nacional.

sempre dos patriotas. Quero uma pátria forte e ajudada até com sacrifícios os que estão em condições de construir as bases de sua permanente independência econômica. Sonho com um Brasil sempre nosso e ajudado sem desfalecimentos os brasileiros que queiram apressar-se desta pátria e colá-la com as cores da nossa bandeira e protegê-la com a sombra da nossa cruz.

Sonho um Brasil de estradas abertas, por onde passem as suas riquezas e penetrem os bens da civilização. Sonho um Brasil de homens livres, não apenas na liberdade dos atos e dos movimentos, mas principalmente na libertação do analfabetismo, porque o homem que não lê não é livre; a pátria o pode ser, mas ela continua escravo da ignorância e mendicando no mundo espiritual. Sonho um Brasil que consiga encontrar os fundamentos de uma perfeita justiça econômica, para poder praticar com sabedoria a justiça social, e nela envolver, por força do verbo da verdade, as normas de amor ao próximo, para que o homem tenha, dentro de sua natureza moral, a sorte de seu verdadeiro destino. Sonho um Brasil que dê ao povo participação eficiente nos ganhos da educação e da cultura, abrindo esses tesouros às classes humildes nos campos e nas cidades erguendo escolas com a mesma dedicação dos que erigem templos e tornam as Universidades o grande laboratório das pesquisas científicas e sociológicas, até que se identifiquem e se confundam o espírito universitário com o espírito da Pátria. Sonho um Brasil que favoreça o aperfeiçoamento das altas missões que cabem às famílias, suprimindo as deficiências dos lares, sem entretanto substituir aos pais no desempenho dos intransferíveis deveres que Deus lhes impôs em relação aos filhos. Sonho um Brasil que se inspire nos sentimentos mais vivos de fraternidade humana e faça deste princípio cristão a base constante e insubstituível de toda a sua vida social, para que se fundam, no transcurso dos séculos, em verdades eternas os atos de seu povo.

Eis, senhores, o Brasil que persigo, gastando toda a vida a buscá-lo no horizonte, na esperança de que meus filhos o tenham e ainda o tornem melhor antes de entregá-lo aos seus descendentes.

Pois este Brasil começou a surgir. A nossa geração há de vê-lo crescer, na força de sua predestinação, de nossas renúncias, de nossos sacrifícios, de nossas esperanças e de nosso amor.

Brasileiros aqui reunidos: com o pensamento voltado para o nosso povo ergamos, todos juntos, a nossa taça no brinde de honra ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela sua confiança no homem brasileiro e pela sua fé na vitória do trabalho que lhe permitiram anteceder a prosperidade nacional, fazendo com que o Brasil madrugasse para assistir a aurora solar da sua emancipação.

Sr. Presidente, lido o notável discurso do Senador Moura Andrade, dou por concluídas minhas considerações. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O Senador Moura Andrade é vivamente cumprimentado.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do expediente.

Não há mais orador inscrito. Sobre a mesa requerimento, formulado pelo nobre Senador Argemiro de Figueiredo, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento n. 376, de 1960

Requero, nos termos do art. 202, item IV, letra y, do Regimento Interno, a transcrição nos Anais do Senado da entrevista concedida pelo

nhor João Goulart ao Sr. Samuel Warner e publicada no jornal "Última Hora", de 15-7-60.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 1960. — Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO:

(Para encaminhar a votação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, acabei de ouvir a brilhante oração proferida pelo meu nobre colega, Senador Francisco Gallotti, realçando, com muita justiça, as homenagens prestadas ao Senador Moura Andrade pelo Estado de São Paulo, através de todas as classes e pelos elementos representativos desta e da outra Casa do Congresso Nacional. Nesse discurso S. Ex.^a bem esclarece o sentido social e político das homenagens tributadas ao ilustre parlamentar, que tanto nos honra com sua presença e cooperação no Senado Federal.

Fui também, Sr. Presidente, daqueles que, por motivos pessoais relevantes, não puderam comparecer àquelas homenagens. Mas a elas me solidarizei, através do telegrama transmitido ao brilhante Líder da Maioria nesta Casa. Acredito ter expresso bem o meu pensamento e o de todos os meus companheiros de Partido, quando declarei, na referida mensagem, que as homenagens naquele instante prestadas ao Senador Moura Andrade deveriam dirigir-se menos a S. Ex.^a que ao próprio Estado de São Paulo, tal o realce, a afirmação de inteligência, de cultura, de espírito público, de capacidade de trabalho, de patriotismo que tem revelado S. Ex.^a nesse convívio conosco no Senado Federal. Tal é a afirmação de valor com que Sua Excelência se tem realçado, que considero aquela homenagem menos prestada à sua pessoa do que ao grande Estado de São Paulo, Estado líder do Brasil pelo poder e pela inteligência de sua economia organizada, das suas forças políticas e do seu patriotismo.

Sr. Presidente, manifestada minha solidariedade pessoal e a reafirmação da do meu Partido, desejo justificar, em poucas palavras, o requerimento que acaba de ser lido pela Mesa do Senado, em que solicitei se transcrevesse nos Anais desta Casa a entrevista do nobre e honrado Presidente do meu Partido, Dr. João Goulart, publicada há poucos dias em um dos brilhantes jornais que se editam na ex-Capital da República, "A Última Hora".

Requero, Sr. Presidente, a transcrição desse documento público nos Anais desta Casa, porque o considero dos mais importantes na hora política que atravessamos. Nêle há revelações interessantes que bem assinalam a disposição de um homem público, de um chefe, de um grande Líder. Vê-se por ele, mais uma vez, que S. Ex.^a o Dr. João Goulart, a despeito do grande poder eleitoral que tem em mãos, das grandes forças políticas de que dispõe e da coordenação dos elementos eleitorais que poderiam — como poderão — facilmente reconduzi-lo à Vice-Presidência da República, a despeito de tudo isso, S. Ex.^a tinha como que um pacto reservado com o saudoso ex-Ministro Oswaldo Aranha, o grande político cujo falecimento nos deixou tantas saudades, no sentido de conduzi-lo como candidato do Partido Trabalhista Brasileiro, em composição com o Partido Social Democrático, à Vice-Presidência da República.

Ese fato, Sr. Presidente, como disse, demonstra a desambigação de um homem público; contudo, a entrevista apresenta outras características que precisam ser realçadas: a capacidade e a disposição de luta de um grande líder que, enfrentando todas as contingências sociais e políticas da hora atual, reafirma à Nação inteira seu intento de ir pessoalmente com o seu Partido, às pugnas democráticas pela eleição da chapa que apoiou. E ainda, nesta hora de confusão, a reafirmação da vontade e da capacidade

singular de um homem público de escol — a compromissos assumidos para com um Governo que já está marchando para o ocaso, e para com o candidato à Presidência da República, em cuja campanha estavam empenhados.

Há na entrevista cuja transcrição solicitei, por outro lado, combate indireto ao fantasma do continuísmo, que se vê por aí, apregoadado como sendo o pensamento de forças ocultas da Maloria.

Na verdade essa disposição e reafirmação de luta do Presidente do meu partido, de se empenhar até o fim no pleito democrático, desfaz, Senhor Presidente, qualquer dúvida em relação à normalidade do processo democrático, cu da sucessão presidencial que se vai operando.

Há ainda nesse documento, a confirmação sincera de um homem público aos ideais do seu Partido, tão bem corporificados e vividos pela figura inesquecível e imortal de Getúlio Vargas.

A entrevista de S. Ex.^a tem nesta hora, significação especial, qual seja a de traduzir, com toda a clareza, as grandes qualidades de um homem público e a afirmação de fé democrática de um Chefe de Partido que deseja e quer que a sucessão presidencial se processe dentro de um clima de ordem e respeito à Lei Máxima do País. Como documento de tal natureza interessa a todas as organizações democráticas do País solicitei fosse transcrito nos Anais desta Casa através do requerimento que espero mereça o apoio do Senado. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. AFONSO ARINOS:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, é imutável procedimento que adoto, e sempre adotei, na minha vida parlamentar, desde que exerci, com tanta honra para mim, o mandato de Deputado pelo Estado de Minas Gerais, apoiar com o meu voto, as solicitações de inserção nos Anais, de documento político da natureza daquêle que acaba de ser objeto de Requerimento por parte do nobre Líder do Partido Trabalhista Brasileiro.

Ainda quando minhas divergências sejam totais quanto ao conteúdo e aos objetivos de tais documentos, sempre me pareceu de salutar praxe parlamentar assentirmos e apoiarmos a publicação de tais papéis nos nossos Anais, principalmente com a finalidade de transformá-los, a esses Anais, em um repositório autêntico e variado, imparcial e livre de todas as manifestações ideológicas, ou de todas as narrativas de fatos atinentes à política contemporânea.

E na pesquisa aturada dos Anais que os cronistas e historiadores do futuro terão a dura responsabilidade de trazer aos nossos descendentes o ensinamento da verdade sobre as nossas atitudes; é nos Anais do Congresso que tais historiadores do futuro vão encontrar o mais vivo e palpante material.

No que toca à entrevista do eminente Vice-Presidente da República, não me afastaria — como não me afastou — dessa linha invariável de comportamento. Dou, assim, o voto favorável da nossa Bancada à inserção de tal documento nos Anais do Senado. Todavia, não posso deixar de apresentar algumas ressalvas ao seu texto.

Sempre preocupado com os deveres de me informar da documentação política, tive a oportunidade e a curiosidade de inteirar-me do conteúdo dessas declarações. Devo dizer a V. Ex.^a que, reconhecendo, embora, os seus aspectos positivos, que são principalmente aqueles tão nitidamente assinalados pelo nobre Líder do Partido Trabalhista, Senador Argemiro de Figueiredo, no seu brilhante dis-

curso, ou seja, o empenho na manutenção da ordem constitucional; o desejo de contribuir para a realização de eleições e livres; o esforço desenvolvido nesse sentido e a preocupação de entender, como se impõe, para o campo social, o conceito clássico da democracia política; reconhecendo, embora, dizia eu, os aspectos positivos de tais declarações, não posso deixar de recusar apoio e mesmo de repeli- caso a nós se refiram — as increpações ou as acusações de reacionarismo que o eminente Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro faz aos seus adversários.

Por mais de uma vez S. Ex.^a utiliza a palavra "reação" para imputar tal vício ou tal vício do raciocínio ou do comportamento àquelles que o combatem.

Devo dizer a V. Ex.^a Sr. Presidente, que não ficou bem claro, no meu espírito, se a nós, da Oposição, se referiram tais increpações. Possivelmente S. Ex.^a mortificado pelas lutas internas, que no momento, dividem o seu próprio Partido, esteja fazendo alusão àquelles correligionários que, dele divergiram ou que se organizaram para acompanhar outros candidatos saídos dos seus quadros.

O Sr. Argemiro Figueiredo — Vossa Excelência dá licença para um aparte? O SR. AFONSO ARINOS — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro Figueiredo — Não acredito, nobre Senador Afonso Arinos, que o Presidente do meu Partido, Dr. João Goulart, se tenha referido à União Democrática Nacional ao usar do qualificativo "reacionário", que V. Ex.^a há pouco, salientou. Ao que me parece, pelo conjunto, pelo todo da entrevista, dadas as circunstâncias de que a campanha nacionalista se reveste, a qual já está, exatamente, empolgando as correntes políticas da Maloria e a própria Nação, quis S. Ex.^a referir-se a elementos reacionários do País, isto é, àquelles contrários ao espírito nacionalista que domina todos nós. Não acredito que o Dr. João Goulart, numa entrevista tão elevada, em que revela tão grande espírito público e tamanha atitude, descesse a referências de carácter carismático.

O SR. AFONSO ARINOS — Eu me felicito, Sr. Presidente, de ter abordado esse tópico da entrevista, porque, pela palavra autorizada do ilustre Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, acabo de verificar que as declarações nêle contidas não dizem respeito ao nosso Partido.

É claro que não encontraria elementos nem base suficientes para, que tal se desse. Mas, como toda campanha política assume, no decorrer do seu desenvolvimento, mais ou menos um carácter polémico, entendi — como se diz na linguagem popular brasileira — de varrer minha testada antes de oferecer meu voto favorável ao Requerimento do nobre Líder pebeista. Já que estou na tribuna gostaria de mencionar, ainda a propósito de ardores polémicos e de entusiasmos contumeliosos, no desenvolvimento da campanha, as declarações que foram atribuídas, ainda uma vez, ao eminente candidato dos Partidos Trabalhista Brasileiro e Social Democrático à Presidência da República, o Senhor Marechal Henrique Teixeira Lott, que teriam sido proferidas em comício realizado em uma cidade baiana.

Ainda ontem, a imprensa carioca paulista repelia que, se não estou enganado, na importante cidade de Ilheus, no sul da Bahia, o eminente Sr. Marechal Teixeira Lott, arrastado pelos arroubos indomáveis de eloquência, — arroubos indomáveis principalmente para quem não está muito habituado a cavalgar esses passados da oratória — teria declarado nada mais, nada menos, que nosso país não é um manicômio para ser governado por demélicos; e mais, que

se o candidato que considero provavelmente vencedor, nas eleições de 3 de outubro, o ilustre ex-governador João Quadros, praticasse, no desempenho de seu mandato presidencial, atos semelhantes aqueles que teria praticado no Governo de São Paulo, o País seria arrastado às agruras de uma guerra civil.

Sr. Presidente, a minha experiência não só vivida como lida, da política republicana, é suficiente para fazer-me acutar com tolerância tão extemporânea e surpreendentes manifestações temperamentais de um candidato pouco seguro do seu êxito. Mas, por mais tolerante que a experiência nos faça, nesse capítulo, não podemos deixar de, a cada passo, marcar nossa desconformidade com esse processo e a nossa enérgica condenação a tais atitudes.

O caso é especialmente delicado, porque as palavras são atribuídas não apenas a um candidato, mas a um candidato militar: a um candidato que há pouco tempo deixou o exercício da Pasta da Guerra, a um candidato que, no fim de mais de meio século de vida profissional, deve ter criado, no ambiente de sua classe, de adouros e fortes relações. E, portanto, um candidato que menos do que qualquer outro pode falar em guerra civil.

Com efeito, Sr. Presidente, quando um General candidato manifesta a sua insatisfação pela idéia da vitória do adversário e envolve tal perspectiva numa ameaça de guerra civil, é claro que proposição desse gênero assume caráter extremamente especial e mesmo peculiar. Desde logo, gostaria lembrar ao eminente Sr. ex-Ministro da Guerra e atual candidato governista a sucessão presidencial, que há uma diferença muito grande entre o caso de Estado e guerra civil.

A exortação biográfica de S. Ex.^a está confinada, no máximo, aos golpes de Estado como aqueles que nos fez a todos acordar um pouco estremecidos na madrugada de 11 de novembro.

O Sr. Francisco Gallotti — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS — Com muito prazer.

O Sr. Francisco Gallotti — O que V. Ex.^a chama de golpe, nós denominamos de contragolpe. Está tão delatado o assunto que não devia merecer nossa atenção. Como, porém, V. Ex.^a se refere ao golpe, nosso subentendido não pode ficar calado, tem de se manifestar. Não tivemos golpe, mas sim um contragolpe.

O Sr. Fernandes Távora — Contragolpe só pode haver quando há golpe. Não houve golpe nem intenção de tal.

O SR. AFONSO ARINOS — De qualquer modo, nobre Senador Francisco Gallotti, que no momento, a sua intervenção não me causa qualquer desvio do raciocínio. Trata-se de golpe, trata-se de contra-golpe, como pretende V. Ex.^a, o que desejo salientar é que numa e noutra hipótese, a situação é inteiramente diversa daquilo que se chama guerra civil. O golpe ou contragolpe são manifestações planejadas, súbitas e instantâneas de apossamento do poder pela classe militar. São acontecimentos muito frequentes, corriqueiros mesmo em países da nossa formação política instável. A nossa formação social contraditória, da inexistência de classe média, da partição política por grupos poderosos e organizados, da incoerência de programas ideológicos, conflitantes e conhecidos.

A guerra civil é qualquer coisa de muito diferente; é a convulsão, é o abalo profundo e amplo que, partindo das camadas mais obscuras, mais poderosas e mais dilatadas, de determinados povos, avassala todo o organismo nacional, destrói todas as forças de resistência, atropela todas as fórmulas de organização jurídica, submerge todos os princípios da coesão

social e arrasta por meses, anos e, às vezes, décadas, conforme temos numerosos exemplos na História contemporânea, um povo ao abismo da abjeção e do sofrimento.

Portanto, quando se levanta sobre o País esse espectro, quando se faz tremular o centro de uma nação a bandeira vermelha e negra da guerra civil, está-se fazendo a propaganda de qualquer coisa que, acredito, não esteja nem mesmo — não direi — nas intenções — nos conhecimentos do honrado Marechal Teixeira Lott.

Não tenho nenhuma prova de que as declarações atribuídas a S. Ex.^a sejam verdadeiras ou procedentes; apenas causa-me espécie o fato da sua repetição.

Há dias, o eminente ex-Ministro da Guerra e ex-Comandante das Forças que no Rio de Janeiro deflagraram o golpe, como eu quero, ou o contragolpe, como quer o nobre Senador Francisco Gallotti, foi acusado de declarações semelhantes em uma cidade de São Paulo. Hoje, vemos a sua repetição em uma cidade da Bahia.

É uma advertência, Sr. Presidente, que, nós da Oposição, queremos fazer, ainda que circunstancialmente, no momento em que ocupo a tribuna: S. Ex.^a deve ser assessorado ou conduzido pelos seus eminentes assistentes técnicos, pelos seus auditores, pelos seus orientadores em matéria de oratória e de campanha eleitoral, para caminhos menos tortuosos e menos contraditórios, que se componham já não direi com o seu passado, mas com sua idade proveíta que antes requer uma reforma remunerada e uma brilhante aposentadoria.

O Sr. Francisco Gallotti — S. Ex.^a já está reformado.

O SR. AFONSO ARINOS — ... o que irá acontecer depois de 3 de outubro, do que S. Ex.^a surgir com ares empenhados de campeão da subversão e de comandante de inúmeros e terríveis guerras civis. (Muito bem; muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento depende de apolamento.

Os Srs. Senadores que o apoiarem deverão permanecer sentados.

Sendo evidente que o documento cuja transcrição se pede não atinge o limite estabelecido no parágrafo único do art. 202 do Regimento Interno, será oportunamente submetido à deliberação do Plenário, independentemente de parecer da Comissão Diretoria. (Pausa).

Sobre a mesa projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e apoiado o seguinte

Projeto de Resolução n. 43, de 1960

Nomeia Fernando Alfredo Carneiro Pereira para o cargo de Mecânico do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, nos termos do art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, para o cargo de Auxiliar de Mecânico, padrão PL-9, criado pela Resolução nº 24, de 1960, no Quadro da Secretaria do Senado Federal, Fernando Alfredo Carneiro Pereira.

Justificação

Tendo em vista a necessidade de possuir o Senado uma oficina mecânica capaz de atender rapidamente às pequenas falhas que possam surgir nos carros de sua Garagem, criou-se no Quadro da Secretaria o cargo de Mecânico, para o qual ora propõe a Comissão Especial o candidato acima referido, possuidor da necessária habilitação.

Em face do exposto, julga esta Comissão devidamente justificado o presente projeto.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 1960. — Cunha Mello. — Gilberto Ma. Inho. — Heribaldo Vieira. — Mathias Olympio.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado número 37, de 1959, de autoria do Sr. Senador Lobão da Silveira, que altera a Lei nº 3.431, de 18 de julho de 1958, que constituiu o Estabelecimento Rural do Tapajós, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 246 a 248, de 1960, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

A votação fica adiada por falta de número.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 314, de 1952 (nº 1.804, de 1952, na Câmara) que regula os direitos civis da mulher casada e dá outras providências, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça: I — Sobre o projeto (nº 923, de 1959), oferecendo substitutivo com voto em separado do Sr. Senador Afílio Vivacqua: II — sobre a emenda de Plenário (nº 271, de 1959), contrário.

O SR. PRESIDENTE:

A votação fica adiada por falta de número.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 248, de 1957 (nº 768, de 1955, na Câmara) que modifica o art. 330 da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, tendo Pareceres favoráveis (ns. 336, de 1959, 271, de 1960) das Comissões: de Constituição e Justiça; de Segurança Nacional (com a emenda que oferece, sob nº 1-OSN); de Finanças, (favorável também à emenda).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada. A votação fica adiada por falta de número.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 1954, nº 235, de 1951, na Câmara, que transforma o atual Posto Zootécnico de Olhos d'Água de Acioli, no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, em Posto Agro-Pecuário de segundo tipo, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 272 a 275, de 1960, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Economia; de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada. A votação fica adiada por falta de número.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 187 de 1959 (nº 255, de 1959, na Câmara) que dispõe sobre a inscrição de funcionários e serventários da Justiça em concursos públicos de provas e títulos, tendo Parecer Favorável, sob o nº 273, de 1960 da Comissão: de Serviço Público Civil.

É lido o seguinte.

Requerimento n. 377, de 1960

De acordo com o art. 271, letra c do Regimento Interno, requer a audiência da Comissão de Constituição e Jus-

tica sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 167 de 1959.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 1960 — Moura Andrade.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo número para votação do requerimento, fica a mesma adiada. A matéria fica com a discussão em suspenso, aguardando a deliberação do Plenário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 39 de 1960 (nº 152, de 1959, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer as vítimas da tromba d'água ocorrida no município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro, tendo Parecer favorável, sob nº 279 de 1960 da: Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada. A votação fica adiada por falta de número.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1960, (nº 310, de 1959, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 como auxílio ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, tendo Parecer favorável, sob o nº 280, de 1960 da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada. A votação fica adiada por falta de número.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1952, que altera ampla capacidade civil à mulher casada, revogando quaisquer restrições legais em razão do sexo ou matrimônio (projeto de autoria do Sr. Mozart Lacerda), tendo Parecer, nº 954, de 1959, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário, em virtude de pronunciamiento favorável dado ao Projeto de Lei da Câmara nº 374, de 1952.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

Discussão preliminar (art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1959, que reintegra no serviço público da União todos os servidores federais que, no período de 24 de janeiro de 1946 a 9 de abril de 1956, foram admitidos ou designados de seus cargos e funções pelo fato de terem sido aposentados por instituições de previdência social e de outras providências, tendo Parecer nº 281, de 1960, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada. A votação fica adiada por falta de número.

Discussão única do Parecer nº 282, de 1960, da Comissão de Finanças, no sentido do encaminhamento à Câmara dos Deputados do parecer e relatório do Tribunal de Contas sobre as contas da Petróleo Brasileiro S.A. — Petróbras correspondentes aos exercícios de 1954 a 1957.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada. A votação fica adiada por falta de número.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Requerimento do nobre Senador Argemiro de Figueiredo, de transcrição, nos "Anais do Senado", da entrevista concedida ao Sr. Samuel Wainer pelo Sr. João Goulart, e publicada no jornal "Última Hora".

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada, por falta de quorum.

Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 19 de julho de 1960
(Terça-feira)

Votação

1 — Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1959, de autoria do Sr. Senador Lobão da Silveira, que altera a Lei número 3.431, de 18 de julho de 1958, que constituiu o Estabelecimento Rural do Tapajós, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 246 a 248, de 1960, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Serviço Público Civil e de Finanças.

2 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 374, de 1952 (nº 1.804, de 1952 na Câmara) que regula os direitos civis da mulher casada e dá outras providências, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça; — Sobre o projeto (nº 923, de 1959), oferecendo substitutivo (com voto em separado do Sr. Senador João Villasbôas); II — sobre a emenda de Plenário (nº 271, de 1960), contrário.

3 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 1954, nº 285, de 1951, na Câmara, que transforma o atual Posto Zootécnico de Olhos d'Água de Acioli, no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, em Posto Agropecuario de segundo tipo, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 272 a 275, de 1960, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Economia; de Serviço Público Civil e de Finanças.

4 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 248, de 1957 (nº 768, de 1955, na Câmara) que modifica o art. 330 da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, tendo Pareceres favoráveis (números 336, de 1959, 276 e 277, de 1960) das Comissões: de Constituição e Justiça; de Segurança Nacional (com a emenda que oferece, sob nº 1-CSN); de Finanças (favorável também à emenda).

5 — Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1960 (nº 152, de 1959 na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer as vítimas da tromba d'água ocorrida no município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro, tendo Parecer favorável, sob nº 279, de 1960, da Comissão de Finanças.

6 — Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1960 (nº 310, de 1959, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 como auxílio ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, tendo Parecer favorável, sob nº 280, de 1960, da Comissão de Finanças.

7 — Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1952, que assegura ampla capacidade civil à mulher casada, revogando quaisquer restrições legais em razão do sexo ou matrimônio (projeto de autoria do Sr. Mozart Lago), tendo Parecer, nº 954, de 1959, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário,

em virtude da pronúncia favorável dado ao Projeto de Lei da Câmara nº 374, de 1952.

8 — Votação, em discussão preliminar (art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado número 27, de 1959, seu reintegra no serviço público da União todos os servidores federais que, no período de 24 de janeiro de 1946 a 8 de abril de 1956, foram admitidos ou desligados de seus cargos e funções pelo fato de terem sido aposentados por instituições de previdência social e dá outras providências, tendo Parecer nº 281, de 1960, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

9 — Votação, em discussão única, do Parecer nº 282, de 1960, da Comissão de Finanças, no sentido do encaminhamento à Câmara dos Deputados do parecer e relatório do Tribunal de Contas sobre as contas da Petróleo Brasileiro S. A. — Petróbrás correspondentes aos exercícios de 1954 a 1957.

Discussão

10 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1959 (nº 265, de 1959, na Câmara) que dispõe sobre a inscrição de funcionários e servidores da Justiça em concursos públicos de provas e títulos, tendo Parecer favorável, sob nº 278, de 1960 da Comissão: de Serviço Público Civil.

11 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1958 (nº 974, de 1956, na Câmara dos Deputados), que concede isenção de direitos de importação para máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria e Exploração de Petróleo União S. A., para a instalação de sua refinaria de Capuava, no Estado de São Paulo, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 549 e 593, de 1959, das Comissões de Economia e de Finanças.

NOTA: — Projeto retirado da Ordem do Dia na sessão de 17-2-60, a requerimento do Sr. Senador Calado do Castro, a fim de que fosse solicitado o Ministério da Fazenda informar sobre o montante dos tributos que deixarão de ser recolhidos ao erário público se for concedida a isenção em causa.

12 — Discussão única do Projeto de Resolução nº 42, de 1960, de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de João Aldemar Bevilacqua para o cargo de Auxiliar Legislativo.

13 — Discussão única do Requerimento nº 376, de 1960, do Sr. Senador Argemiro Figueiredo, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista concedida pelo Sr. João Goulart, Vice-Presidente da República, ao Jornal "Última Hora".

Está encerrada a sessão
(Encerra-se a sessão às 16 horas e 55 minutos).

ERRATAS

REPUBLICA-SE POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

16.ª REUNIAO REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 1960

Sob a presidência do Sr. Filinto Müller, Presidente, presentes os Senhores Cunha Mello, 1.º Secretário, Gilberto Marinho, 3.º Secretário, Noveas Filho, 4.º Secretário e Heribaldo Vieira, 2.º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixaram de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Freitas Cavalcanti, 2.º Secretário, e Mathias Olympio, 1.º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e sem debate aprovada.

De acordo com o parecer verbal do Sr. 2.º Suplente, é deferido o Requerimento 123-60, no qual Propercio Xavier da Silva, Eletricista Auxiliar, solicita seu aproveitamento numa das vagas de Eletricistas recém-criadas.

Tendo em vista o laudo do Serviço de Biomatria Médica, do Ministério da Saúde, foram autorizados a permanecer no Rio, lotados no Serviço de informações, Pesquisas e Análises, o Sr. Amaz Pompeu Acioly Borges, Cel. Amaz de Rezende Martins e Ary Kerner Veiga de Castro.

O processo referente ao pedido de Amélio da Costa Côrtes baixou em diligência, a fim de que o Diretor-Geral possa melhor esclarecer a situação da requerente, devendo a mesma declarar.

O Sr. 3.º Secretário lembra que os Auxiliares de Limpeza podem aproveitamento na carreira de Auxiliar de Portaria e que se tal suceder haverá podendo aquele candidato ser nomeado numa das vagas que, em consequência, fatalmente ocorrerão.

Solicita, ainda, Sua Excelência que Sebastião Ruy Rolio Maciel seja aproveitado como Auxiliar Legislativo.

Informa o Sr. 1.º Secretário que a prioridade para nomeação, em virtude de compromissos assumidos, Hugo Rodrigues Figueiredo, José Ney Passos Dantas e Manoel José Antônio.

O Sr. Presidente, em seguida, declara que com a mudança para a sala se estava verificando um afrouxamento e, até mesmo, uma quebra de disciplina, além de verdadeira subversão da hierarquia. No seu entender não se devia tolerar tal estado de coisas, e já recomendara ao Diretor Geral que adotasse medidas severas para restabelecer a disciplina, pois sem ela não haveria trabalho produtivo.

Recomendava, ainda, fossem proibidos os pedidos sob pena de não serem os candidatos incluídos em listas ou escolhidos pela Comissão Diretora, se por acaso já aí se encontrassem. Julgava extremamente desagradável o assalto a que estavam sujeitos os Senadores em época de promoções.

O Sr. 1.º Secretário dá conhecimento das listas triplices organizadas pela Comissão de Promoções para as vagas existentes nas carreiras de Auxiliar Legislativo, de Porteiro, Aludante de Porteiro e Auxiliar de Portaria.

A Auxiliar Legislativo, PL-9, são promovidos, por merecimento, Carmelita de Souza, Arthur Botelho Casado Lima e Maria Stella Tibau Guimarães. E por antiguidade Ernestina de Souza Mendes.

Por merecimento, a Porteiro PL-6, Juvenino Afonso da Silveira; a Ajudante de Porteiro, PL-7, Roldão Pimentel Simas; a Auxiliar de Portaria, PL-8, Alcebiades Ferreira; e a PL-9, Benedito Afonso de Araújo, todos na via da "deserção" da nomeação de Orlando de Sá Cavalcanti para Chefe de Portaria.

Nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra os trabalhos lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

Por haverem cessado os motivos determinantes do impedimento de Maria José Pacheco Giglio, Oficial Legislativo, e de João Luiz da Rocha, Auxiliar de Portaria, foram ambos autorizados a deixar o Rio.

É deferido, nos termos do parecer do Sr. 1.º Secretário, o requerimento em que Caio Cesar de Menezes Pinheiro, Redator, solicita autorização para cursar a Escola Superior de Guerra.

Por solicitação do Sr. 4.º Secretário, o Assessor Legislativo, José Arthur Alves dos Rios, é autorizado a permanecer no Rio à disposição da liderança do Partido Libertador.

Dá conhecimento da desistência de João Aldemar Bevilacqua ao cargo de Auxiliar Legislativo, para qual era nomeado pela Resolução número 11, do corrente ano; bem como da de Marcelo Soares da Silva para a de Auxiliar de Limpeza, são indicados para substituí-los, respectivamente, Laurita Faria e Carlos José Ferreira.

O Sr. 3.º Secretário dá conhecimento de carta que me endereçou o Sr. Senador Mourão Vieira, transmitindo a solicitação de sua filha, Astrid de Medeiros Aranha Mourão Vieira, na qual se continha desejo de que fosse anulada a sua nomeação para Auxiliar Legislativo.

O Sr. Presidente declara que a nomeação fora feita a seu pedido e por isso desajaz, primeiro, formular um apelo à sua candidatura para que desistisse daquele propósito.

Prosseguindo, com a palavra, Sua Excelência lambeu não houve o Exército autorizado a afastar do Sargento Antônio L. Cardoso, a fim de ser nomeado Guarda de Segurança. Para substituí-lo propôs o nome de Jofre Dias, devendo o projeto ser encaminhado ao plenário.

Em seguida, o Sr. Presidente pede providências no sentido de ser adquirido um grupo gerador que atenda as duas Casas do Congresso, dada a constantes faltas de luz, ficando o Sr. 1.º Secretário autorizado a promover os necessários entendimentos.

A Comissão Diretora ao tomar conhecimento da circular do Diretor da Despesa Pública, informando que a partir de julho o pagamento de subsídios seria realizado por meio de cheques nominais em contas abertas no Banco do Brasil, resolveu devolver o ofício e manifestar sua estranheza pela descortesia para com os parlamentares.

O Sr. Presidente, embora reconhecendo os altos méritos do atual Diretor da Despesa, concorda em que foi desajeitada a atitude, pois se fazia mister um entendimento prévio e nunca a adoção de uma medida de caráter compulsório.

O Sr. Senador João Villasbôas comparece à reunião e recorda que a pedido do falecido Senador Lima Guimarães fora anotado o nome de Ormindo Peregrino Leite para Guarda de Segurança. No projeto aprovado, no entanto, não se encontrava seu nome.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 108 DE 14 DE JULHO DE 1960

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Mary de Faria Albuquerque, Oficial Legislativo, Símbolo PL-8, da Diretoria da Biblioteca e designá-la para ter exercício na Diretoria das Comissões. — Secretária do Senado Federal, em 14 de julho de 1960. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

PORTARIA Nº 109 DE 14 DE JULHO DE 1960

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Rosa Anelica Berger Vargas Camide, Auxiliar Legislativo, Símbolo PL-10, para ter exercício na Diretoria da Biblioteca. — Secretária do Senado Federal, em 14 de julho de 1960. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

PORTARIA Nº 110 DE 15 DE JULHO DE 1960

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar José Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-10, para ter exercício na Diretoria das Comissões. — Secretária do Senado Federal, em 15 de julho de 1960. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

PORTARIA Nº 111 DE 15 DE JULHO DE 1960

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Eduardo Leão Marques, Auxiliar Legislativo, PL-10, da Diretoria das Comissões e designá-lo para ter exercício na Diretoria da Contabilidade. — Secretária do Senado Federal, em 15 de julho de 1960. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DE ANTIQUIDADE DOS FUNCIONÁRIOS DA GARAGEM ATÉ 6-7-1960

(Vaga deixada por Wilsoz Mendes Pedrosa)

Nome — Cargo	Class	Senado	Fora	Total Geral
Motorista PL-9				
Waldemar Gomes Tinoco	1.978	1.978	3.127	5.105 — 13 anos 360 dias
Geraldo Theodoro Ferreira	1.912	1.912	4.841	6.753 — 18 anos 183 dias
José Lopes do Amorim	1.907	1.907	—	1.907 — 5 anos 82 dias
Robem de Cunha Gomes	1.900	1.900	—	1.900 — 5 anos 75 dias
Pedro Cidral Mansur	1.869	1.869	5.592	7.461 — 20 anos 161 dias
Jacob Setta	1.864	1.864	—	1.864 — 5 anos 39 dias
Milton Freitas de Souza	1.853	1.863	—	1.853 — 5 anos 38 dias
Manoel de Almeida	1.857	1.857	—	1.857 — 5 anos 35 dias
João Francisco da Silva	1.833	1.833	272	2.105 — 5 anos 280 dias
Antônio Galdino da Silva	1.749	1.749	—	1.749 — 4 anos 280 dias
Motorista Auxiliar — PL-10				
Afonso da Silva Soares	539	1.503	—	1.503 — 4 anos 43 dias
José Miguel da Silva	569	1.490	6.673	8.163 — 22 anos 133 dias
Manoel de Andrade Moura	539	1.431	5.290	6.721 — 18 anos 151 dias
José Corrêa Fuzo	539	1.143	—	1.143 — 3 anos 48 dias
Antônio José Viana	539	1.119	—	1.119 — 3 anos 24 dias
Ciro Vieira Xavier	579	1.119	310	1.429 — 3 anos 334 dias
Nilo Gonçalves Martins	569	1.119	2.045	3.164 — 8 anos 244 dias
Etelvino Pedrosa	569	1.117	—	1.117 — 3 anos 22 dias
José Roseo Filho	569	1.089	—	1.089 — 2 anos 359 dias
José Argemiro Baptista	569	930	—	930 — 2 anos 200 dias
Florianio Lacerda	569	864	—	864 — 2 anos 134 dias
José Ribeiro Lima	569	813	—	813 — 2 anos 83 dias
Raunulo Chaves Filho	569	759	—	759 — 2 anos 20 dias
Nelson Gonçalves Ribeiro	569	749	6.274	7.023 — 19 anos 88 dias
Dionízio Motta da Costa	587	1.168	—	1.168 — 3 anos 73 dias
Givon Siqueira Machado	336	703	377	1.080 — 2 anos 350 dias
Auréllo Barbosa da Silva	132	310	—	310 dias
Adonias Pedro da Costa	47	47	—	47 dias
Darcy Vianna	47	47	—	47 dias
José Flávio Mota da Costa	39	39	—	39 dias
Luiz Bina Xavier	36	36	—	36 dias
Wilson Palmiere Rodrigues	36	36	—	36 dias
João Coutinho Duarte	23	23	—	23 dias
Uraci de Oliveira	23	23	—	23 dias
Antônio Gomes da Rocha	22	22	—	22 dias
Pedro Martins de Souza	22	22	—	22 dias
José Vieira dos Santos Filho	20	20	—	20 dias
Sebastião Amaro da Silva	17	17	—	17 dias
Antônio Augusto Felizola	17	17	—	17 dias
João Alves da Silva	14	14	—	14 dias
Celso Nunes Ribeiro	8	8	—	8 dias

Os interessados têm o prazo de três dias úteis a contar da publicação desta lista para as reclamações e observações que pretendam formular a bem dos seus interesses.

Diretoria do Pessoal da Secretaria do Senado Federal, em 14 de julho de 1960. — Sérgio Luis Alagoas, Auxiliar Legislativo, PL-10 e Neusa Rita Perácio Monteiro, Chefe da Seção Administrativa.